

O atendimento a pessoas transexuais e travestis na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa

Care for transgender and transvestite people in primary health care: an integrative review

Atención a personas transgénero y travestis en la atención primaria de salud: una revisión integradora

RESUMO

Objetivo: Relatar os obstáculos de acesso à Atenção Primária à Saúde (APS) por parte da população travesti e transexual (TT) e reconhecer as possíveis condutas dos profissionais de saúde no atendimento a essa população. Método: Trata-se de um estudo de revisão integrativa de literatura com coleta de dados nas plataformas Scielo, BVS e Lilacs. Foram selecionados artigos publicados na íntegra entre os anos de 2019 e 2022. Resultados: Os principais resultados encontrados foram a dificuldade no acolhimento desta população na APS, a rejeição pessoal dos profissionais, o fluxo inadequado da unidade, as barreiras estruturais dos serviços como a dificuldade de criar vínculo. Conclusão: Para que haja um acesso equitativo, livre de preconceitos e de discriminação faz-se necessário implementar na APS melhorias nas políticas públicas a fim de qualificar os profissionais no atendimento às necessidades e acolhimento da população TT bem como respeitá-la e protegê-la contra o preconceito.

DESCRITORES: Travestilidade; Pessoas Transgénero; Saúde Pública.

ABSTRACT

Objective: To report obstacles to accessing Primary Health Care (PHC) by the transvestite and transsexual (TT) population and to recognize the possible conduct of health professionals in providing care to this population. Method: This is an integrative literature review study with data collection on the Scielo, BVS and Lilacs platforms. Articles published in full between 2019 and 2022 were selected. Results: The main results found were the difficulty in welcoming this population in the PHC, the personal rejection of professionals, the inadequate flow of the unit, the structural barriers of services such as the difficulty to create a bond. Conclusion: In order to have equitable access, free of prejudice and discrimination, it is necessary to implement improvements in public policies in PHC in order to qualify professionals in meeting the needs and reception of the TT population, as well as respecting and protecting them against prejudice.

DESCRIPTORS: Crossdressing; Transgender People; Public Health

RESUMEN

Objetivo: Reportar los obstáculos para acceder a la Atención Primaria de Salud (APS) por parte de la población travesti y transexual (TT) y reconocer la posible conducta de los profesionales de la salud en la atención a esa población. Método: Se trata de un estudio integrador de revisión bibliográfica con recolección de datos en las plataformas Scielo, BVS y Lilacs. Se seleccionaron artículos publicados íntegramente entre 2019 y 2022. Resultados: Los principales resultados encontrados fueron la dificultad para acoger a esta población en la APS, el rechazo personal de los profesionales, el flujo inadecuado de la unidad, las barreras estructurales de los servicios como la dificultad para crear un vínculo. Conclusión: Para tener un acceso equitativo, libre de prejuicios y discriminaciones, es necesario implementar mejoras en las políticas públicas en APS con el fin de capacitar a los profesionales en la atención de las necesidades y la acogida de la población TT, así como en su respeto y protección contra el prejuicio.

DESCRIPTORES: Travestismo; Personas Transgénero; Salud Pública

RECEBIDO EM: 01/02/2023 **APROVADO EM:** 10/03/2023

Amanda Luisa Mendonça

Graduada em Enfermagem (2022) pela Universidade Paulista (UNIP)
ORCID: 0000-0002-9822-5616

Bianca Forti Queiroz

Graduada em Enfermagem (2022) pela Universidade Paulista (UNIP)
ORCID: 0000-0001-8211-9926

Claire de Souza

Graduada em Enfermagem (2022) pela Universidade Paulista (UNIP)
ORCID: 0000-0003-2670-8851

Mariana Rodrigues dos Reis

Graduada em Enfermagem (2022) pela Universidade Paulista (UNIP)
ORCID: 0000-0002-1779-6987

Sara Dornelas de Oliveira

Graduada em Enfermagem (2022) pela Universidade Paulista (UNIP)
ORCID: 0000-0002-7973-2399

Marilene Neves da Silva Bragagnolo

Pós doutorado em Queimaduras e Doutorado em Dermatologia Clínica e Molecular pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
ORCID: 0000-0002-0885-1083

INTRODUÇÃO

A sociedade discute de forma assídua sobre questões de gênero e é notável que haja uma grande hostilidade por trás da ignorância da população sobre as definições dos termos Travesti e Transexual (TT). A violência e discriminação iniciam na infância, fase de descoberta, envolvendo muito medo e vergonha. Apesar da conquista de obtenção dos direitos legais e sociais pelo público LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuais) uma fração ainda se encontra indefeso diante das definições e na sua aprovação perante sociedade.^{1,2}

A partir dos anos 80 o movimento LGBTQIA+ ganhou forte destaque através das manifestações sociais em busca do respeito, autonomia e liberdade. Essas mobilizações trouxeram grande destaque positivo para o público, que refletem em grandes debates, aguçando assim os olhares para esse grupo. Os conceitos repetidos e preconceitos vividos pelos cidadãos cooperam para um conflito em separar o gênero da orientação sexual. A identidade de gênero é definida como o gênero com o qual um ser se identifica, podendo ser o atribuído ao nascer ou não. Já a orientação sexual, é definida como o sentimento de atração de um indivíduo por outras pessoas, podendo ser do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou ainda sem referência ao sexo ou ao gênero, e quem não sente atração por outras pessoas (as-

sexuais). Dentro do grupo de Transexuais, existem as pessoas travestis que são homens que criam uma expressão feminina e as pessoas transexuais que se identificam com o sexo oposto ao que lhe foi designado ao nascer.^{1,3}



Em junho de 2019 o Brasil aprovou a criminalização da transfobia, entretanto a lei não se aplica a realidade e o país continua sendo o que mais mata pessoas TT em todo o mundo, visto que o número de mortes disparou no ano de 2020.



No mundo 375 assassinatos foram registrados entre 1 de outubro de 2020 e 30 de setembro de 2021. O Brasil é o país que registra a maioria dos assassinatos (125), seguido pelo México (65) e Estados Unidos (53). Os dados demonstram que 4.042 pessoas trans e de gênero diverso

foram assassinadas entre 1º de janeiro de 2008 e 30 de setembro de 2021.⁴

A Constituição Federal Brasileira do ano de 1988 define saúde como um direito fundamental a todos os cidadãos e é dever do Estado garantir a redução de desigualdades e instalar políticas públicas voltadas a esse público. Os direitos civis implementados na Constituição encorajaram vários movimentos sociais voltados para a atenção sobre a população LGBTQIA+, que gerou a aprovação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis (PNSI – LGBTQIA+) em 2011 por meio da Portaria 2836 do Ministério da Saúde. Esse foi um marco histórico para a população adscrita, pois gerou visibilidade às exigências de saúde e trouxe dúvidas diante os cuidados específicos a esse público. Apesar dos desafios e da necessidade de amplo comprometimento governamental, o Programa Nacional de Saúde Integral (PNSI) vem ajudando a produção do conhecimento e a prevenção da discriminação entre as diversas instancias do Sistema Único de Saúde (SUS) dentre os gestores e trabalhadores da saúde.^{1,5,6.}

É de extrema importância que os profissionais da saúde de todas as instâncias estejam atentos às questões éticas e legais quanto ao cuidado ao usuário TT e suas demandas, evitando assim a marginalização dos serviços de saúde e contribuindo para um serviço de boa qualidade, prezando para a humanização e acolhimento.¹

A Atenção Primária à Saúde (APS)

Revisão Integrativa

Amanda L. Mendonça, Bianca F. Queiroz, Claire de Souza, Maria R. dos Reis, Sara D. Oliveira, Marilene N. S. Bragagnolo
O atendimento a pessoas transexuais e travestis na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa

trata-se da principal porta de entrada do SUS e conecta com toda Rede de Atenção do SUS, caracterizada por um conjunto de ações de saúde, individuais e coletivas, abrangendo a promoção e a proteção à saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde.⁷

No Brasil o preconceito e a discriminação com os TT são grandes, e ocorre porque esse grupo ostenta uma identidade de gênero diversa da imposta pelos padrões heteronormativos em que homem é homem e mulher é mulher, qualquer coisa que fuja dessa norma é encarada com estranhamento, que no caso dos TT se traduz em violência e assassinato. A entrada dessa população no SUS requer uma atenção mais específica de como abordar as questões referentes à saúde de TT, muitas fazem o uso abusivo e indiscriminado de diversos hormônios, orientadas por outras Trans, existe também a utilização indevida do silicone líquido industrial. A doença HIV/AIDS trouxe para a população TT a procura mais assídua pelos serviços de saúde, dado que no início da epidemia, a população foi vista como “grupo de risco” por ser mais propensa a se infectar com a doença. Atualmente a população TT frequenta de modo mais tranquilo as unidades de saúde do SUS e é compreendida como uma população que tem outras enfermidades além dessas descritas.⁸

A atenção básica tem papel fundamental de receber e acolher o público TT. Cabe aos profissionais de saúde conhecer os aspectos desse público, identificar so-

frimentos pessoais e sociais pelos quais estão submetidos, propondo e oferecendo ações para o cuidado individual. O acolhimento é uma diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH) que é essencial no atendimento. Seu objetivo aos TT é promover a saúde integral, omitindo o preconceito, bem como ofertando a redução das desigualdades e a consolidação das doutrinas do SUS, como sistema universal, integral e equitativo. O acolhimento não é um espaço ou um local, mas uma postura ética, de inclusão; acolher é admitir, aceitar e dar ouvidos ao paciente. O acolhimento é um dispositivo que vai muito além da simples recepção do usuário numa unidade de saúde, considerando toda a situação de atenção a partir de sua entrada no sistema.”^{9,10,11}

Este estudo busca descrever os obstáculos dos TT na APS e as possíveis mudanças de atitude dos profissionais de saúde no atendimento à população adscrita; relatar os obstáculos dos transexuais e travestis (TT) na Atenção Primária à Saúde (APS) e reconhecer as possíveis substituições de conduta profissional no atendimento ao público-alvo.

MÉTODOS

Realizou-se uma revisão integrativa de literatura sobre o atendimento a pessoas transexuais e travestis na atenção primária à saúde com coleta de dados nas plataformas Scielo, BVS e Lilacs de acordo com a estratégia PICO. A descrição da estratégia PICO é composta por quatro componentes sendo

eles P- Paciente ou Problema podendo ser um único paciente ou um grupo com uma condição em particular, I- Intervenção de interesse podendo ser terapêutica, preventiva, diagnóstica, prognóstica, administrativa ou relacionada a assuntos econômicos, C- Controle ou Comparação que é definida como uma intervenção padrão, sendo a mais utilizada ou não tendo nenhuma, e O- Outcome/ desfecho representa os resultados esperados. Assim, a estratégia PICO orienta a construção da pergunta e ajuda na busca bibliográfica, permitindo que o pesquisador localize de modo rápido e fácil a melhor informação científica disponível.¹²

Foram selecionados artigos publicados na íntegra entre os anos de 2019 e 2022. Na estratégia de pesquisa foram utilizados os seguintes termos de acordo com os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Travestilidade, Pessoas Transgênero, Saúde Pública. Para realizar o cruzamento entre os termos, a lógica booleana AND e OR foram empregadas com a finalidade de obter o maior número de resultados possíveis.

Estabeleceu-se como critério de inclusão artigos selecionados a partir das bases de dados previstas, utilizando-se os descritores considerados para o estudo; foram incluídos artigos que abordam a temática “Atendimento à população transexual”; nos idiomas português, inglês espanhol, disponíveis online na íntegra. Optou-se por excluir artigos de revisão bibliográfica e artigos que não condizem com o tema, ano e idioma de publicação. Por se tratar de um estudo de revisão integrativa, houve dispensa da aprovação pelo Co-

Quadro 1: Artigos selecionado, 2022.

REFERÊNCIA	OBJETIVO	METODOLOGIA	PRINCIPAIS RESULTADOS	CONCLUSÃO
Baccarim & Tagliamento (2020). ¹³	Discussão sobre atendimento e o direito à saúde integral travestis e transexuais homens ou mulheres.	Pesquisa qualitativa. Foram realizadas entrevistas com profissionais da saúde pública de Curitiba/PR, abordando o conhecimento sobre transexualidades e travestilidades. Para a análise dos dados, foi utilizada a análise das práticas discursivas das/os profissionais por meio das categorias: aceitabilidade, acessibilidade, qualidade e disponibilidade.	Observou-se que as normas regulatórias de gênero incidem na prática das políticas e no atendimento às pessoas trans, dificultando seu acesso aos serviços públicos de saúde.	Conforme observado nos discursos das/os profissionais de saúde, o desconhecimento técnico – e perceptível indiferença – das políticas públicas de saúde para pessoas trans, e as barreiras referentes à aceitação, seja das políticas, ou mesmo das pessoas, implicam diretamente na acessibilidade aos serviços de saúde, o que também foi observado na pesquisa.

<p>Reis, et al (2021).¹⁴</p>	<p>Compreender os sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de pessoas travestis e transexuais na atenção básica.</p>	<p>Estudo qualitativo, realizado com quatro enfermeiros (as) que atuam em uma Unidade Básica de Saúde na Zona Sul Oeste de Manaus. Os dados foram coletados de maio a junho de 2016. Utilizou-se estudos socioantropológicos para a análise e discussão dos dados e teve como referencial metodológico a pesquisa de campo.</p>	<p>Os sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento às pessoas travestis e transexuais na atenção básica se alicerçam em questões como constrangimento, neutralidade e desconhecimento frente às questões de gênero para além do binarismo de gênero.</p>	<p>Existe uma formação dominante de base biomédica, e o cuidado de enfermagem não considera os aspectos socioculturais e políticos das pessoas, dos seus corpos e da sua saúde.</p>
<p>Ferreira & Bonan (2021).¹⁵</p>	<p>Analisar relatos de profissionais na assistência da população LGBT+ na Estratégia Saúde da Família (ESF).</p>	<p>Pesquisa de abordagem qualitativa, em que o método aplicado foi o estudo de relatos orais, na cidade de Teresina no Piauí, com profissionais da Equipe Saúde da Família.</p>	<p>É possível perceber um não reconhecimento da população LGBT, uma má distribuição de recursos nas unidades de saúde e uma frágil representação das minorias.</p>	<p>A atenção básica, a qual deveria ser uma das responsáveis pelas ações de saúde comunitária, que prioriza a promoção e a prevenção em saúde, é a mesma que tem ofertado negações, violências, e negligência no cuidado às pessoas LGTB. Aposta-se, portanto, na escuta como uma das chaves para o respeito à diversidade sexual e de gênero, para que essas pessoas sejam, assim, reconhecidas como usuárias da ESF.</p>
<p>Valenzuela & Velásquez (2021).¹⁶</p>	<p>Descrever as características do Protocolo de Atendimento e Encaminhamento para usuários trans.</p>	<p>Análise de experiência, enquadrada em uma pesquisa com abordagem qualitativa.</p>	<p>É encontrado o 1º grupo de categorias que são antecedentes da necessidade de despatologização e bom tratamento. A partir desta categoria, transmitem o ativismo e o empoderamento e a abertura dos profissionais, que juntos com a legislação chilena levam ao diálogo e à participação social. Graças ao trabalho entre a comunidade trans e os provedores de saúde, surge o protocolo.</p>	<p>O Protocolo de Atenção de pessoas trans implementado pelo Serviço de Saúde Talcahuano é considerado pioneiro no país, e é positivamente valorizado pela comunidade trans nacional, fato que o torna válido. Por esse motivo, deve-se buscar formas de reproduzir este trabalho em outros serviços de saúde.</p>
<p>Rocon, et al (2022).¹⁷</p>	<p>Analisar como é o reconhecimento e o aparecimento público como determinantes para a saúde de mulheres transexuais.</p>	<p>Abordagem qualitativa com entrevistas narrativas gravadas em áudio digital com 9 mulheres transexuais que realizaram cirurgia de redesignação sexual no estado do Espírito Santo.</p>	<p>Os relatos apresentam a permanência da realidade de discriminação vivenciada pela população trans nos serviços de saúde.</p>	<p>As condições de aparecer ou não publicamente produz diferentes possibilidades de acessar ou não os serviços de saúde, bem como experimentar os processos de saúde e doença</p>
<p>Lucena, et al (2022).¹⁸</p>	<p>Relatar a experiência da criação de um serviço do Ambulatório de identidade de gênero (AMIG) em um Hospital.</p>	<p>Pesquisa documental, qualitativa, descritiva. Foram coletadas 25 minutas de reuniões sobre os temas LGBTQIA+, conversas entre infectologistas, medicina da família e comunidade e equipe multiprofissional.</p>	<p>Traçaram-se as linhas gerais da trajetória desde a idealização do projeto até a inauguração do Ambulatório de Identidade de Gênero (AMIG) do Grupo Hospitalar Conceição (GHC).</p>	<p>O fortalecimento do próprio serviço e da rede de atenção à saúde dessa população necessitará da formação continuada de profissionais, bem como do incentivo das instituições envolvidas nesse processo. A formalização do projeto, a ampliação da participação popular e de movimentos sociais e o estímulo a ações educativas e formativas são perspectivas a serem consideradas nos próximos passos dessa trajetória.</p>

Revisão Integrativa

Amanda L. Mendonça, Bianca F. Queiroz, Claire de Souza, Maria R. dos Reis, Sara D. Oliveira, Marilene N. S. Bragagnolo
O atendimento a pessoas transexuais e travestis na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa

Parente, et al (2021). ¹⁹	Analisar, à luz da bioética principialista, a experiência de LGBTQA+ no acesso a serviços de saúde.	Pesquisa transversal, de abordagem qualitativa, realizada em 2018, no município de Iguatu/CE, Brasil, com 26 pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, que participaram de grupos focais com entrevistas semiestruturadas.	Os resultados apontam graves violações aos princípios básicos da corrente principialista, com violência institucional de cunho psicológico, desrespeito à dignidade, recusa de doação de sangue, não aceitação de nome social, falta de acolhimento e humanização do atendimento.	Foi possível identificar severas violações aos princípios da bioética principialista. As estratégias governamentais, incluindo a PNSI- LGBTQ+ e avanços políticos e sociais conquistados, embora importantes, têm se mostrado insuficientes diante do caráter sistêmico da LGBTQfobia.
Lima, et al (2019). ²⁰	Apresentar o médico de família e comunidade como um importante profissional na área da saúde da população LGBTQ+.	Relato de casos realizado na cidade do Rio de Janeiro, através de análises de ecomapa e genograma, ilustrando encontro clínico e uso de ferramentas da medicina de família e comunidade.	A equipe consegue elaborar um projeto comum para o manejo dos problemas dessa população, possuindo fatores que podem provocar adoecimento: o preconceito que atravessam no mero ato de sair à rua, a pressão de familiares descontentes com sua diversidade, sexual ou de gênero, a dificuldade psicológica da pessoa para se livrar dos seus próprios tabus e preconceitos para se permitir aceitar novas identidades.	A atenção à saúde prestada à população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros na Estratégia Saúde da Família requer mudanças paradigmáticas que vão desde a esfera teórico-organizacional as relações de cuidado.
Oliveira & Bonnan (2021). ²¹	Analisar experiências narradas por profissionais da atenção básica na assistência à saúde das populações LGBTQ em Teresina, Piauí.	Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com 32 profissionais que atuavam na Unidade Básica de Saúde. A análise foi pautada em três dimensões - relacional, organizacional e contextual.	Foi observado que a atenção básica deveria ser uma das responsáveis pelas ações de saúde comunitária, que prioriza a promoção e a prevenção em saúde, é a mesma que tem ofertado negações, violências e negligência no cuidado às pessoas LGBTQ.	A escuta é uma das chaves para o respeito à diversidade sexual e de gênero, para que essas pessoas sejam, assim, reconhecidas como usuárias da ESF.
Paulino, et al (2019). ²²	Identificar os discursos sobre o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família e refletir sobre como esses discursos podem impactar o cuidado em saúde da população LGBTQ.	Participaram 15 médicas (os) em Uberlândia e Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. A análise das entrevistas seguiu os pressupostos teóricos do Construcionismo Social. Foram construídas três categorias de análise: "Discurso da não diferença", "Discurso do não saber" e "Discurso do não querer".	Foi possível compreender como esses discursos são potencializadores do silenciamento de questões envolvendo as condições de saúde da população LGBTQ, afastando-a do cuidado em saúde integral, equânime e universal.	O melhor atendimento dessa população depende de mudanças na atuação dos profissionais de saúde, sendo urgente sua formação e qualificação para uma saúde LGBTQ integral.

Sauthier, et al (2022). ²³	Identificar e discutir os motivos que dificultam ou restringem a acessibilidade à acessibilidade dos transexuais aos serviços básicos de saúde.	Pesquisa original com abordagem qualitativa. Realizadas doze entrevistas semiestruturadas com transexuais entre Dezembro de 2018 e Março de 2019 na região da Zona Oeste do Rio de Janeiro.	Emergiram da análise dos dados, as seguintes categorias temáticas: Baixa resolutividade e múltiplos entraves do acesso à saúde.	O não reconhecimento do transexual como cidadão de direitos ao acesso à saúde, a abjeção pelo corpo transexual, o preconceito e a menos valia se apresentam como fatores restritivos dessa população ao sistema de saúde. Essa dificuldade reverbera em um importante desafio a ser suplantado pelo transexual na busca por uma assistência qualificada.
Silva, et al (2020). ²⁴	Refletir sobre o processo de implementação e aprimorar as condições de saúde da população LGBT.	Trata-se de uma abordagem qualitativa onde participaram quatro grupos focais com 48 participantes, entre eles gestores do SUS, da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, profissionais da rede intersetorial e representantes de movimentos sociais LGBT. Foram definidos quatro eixos de análise: acesso da população LGBT à atenção integral à saúde; ações de promoção e vigilância em saúde; educação permanente e educação popular em saúde; e monitoramento e avaliação das ações de saúde.	Os serviços de saúde para LGBT no Paraná são permeados por situações de estigma, que prejudicam o acesso e permanência de LGBT nos serviços do SUS. Existe a necessidade da promoção de ferramentas para melhoria dos processos de trabalho e mudança de práticas profissionais para com o público LGBT.	Há lacunas na implementação da política nos três níveis de atenção à saúde da população LGBT.
Oliveira, et al (2022). ²⁵	Analisar, sob a ótica de profissionais da Equipe Saúde da Família, o acesso de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis/Transexuais às Unidades Básicas de Saúde da Família.	Trata-se de estudo quantitativo, de campo, exploratório e descritivo. Compôs-se a amostra pela técnica snowball com 54 profissionais, utilizando-se de questionário roteiro de entrevista semiestruturada na zona urbana da cidade de Cajazeiras, no Estado da Paraíba.	Emergiram-se as classes geradas, determinadas de subcategorias: Igualdade no cuidado a pessoas LGBT, Atitudes e comportamentos da população LGBT que dificultam a procura pelo serviço de saúde, Preconceito e restrição no acesso da pessoa LGBT à saúde e Direito ao acesso da pessoa LGBT ao serviço de saúde.	Os profissionais percebem as pessoas LGBT como seres humanos merecedores de acesso igual nos espaços da ESF tanto que dispõem de acesso aos exames sorológicos, testes rápidos, consultas e insumos para a prevenção de IST 's.
Cruz, et al (2021). ²⁶	Analisar a atuação profissional na rede de Atenção Primária à Saúde, e descrever a produção do cuidado com a população LGBTQIA+ a partir das reflexões acerca do trabalho da enfermagem.	Estudo qualitativo, realizado com 18 enfermeiras que atuavam na Atenção Primária à Saúde em um município da Bahia, Brasil.	O cenário da produção e cuidado de enfermagem na Atenção Primária direcionado à população esteve permeado por fragilidades no reconhecimento desta população no atendimento clínico e no reconhecimento.	Há fragilidade e barreiras no cuidado à saúde da população LGBTQIA+, tanto no âmbito profissional, quanto administrativo na Atenção Primária. Este cenário é provocador da manutenção de desigualdades e iniquidades em saúde que necessitam ser superados.
Shihadeh, et al (2021). ²⁷	Investigar como os serviços de saúde podem inviabilizar o atendimento ao público LGBTQIA+.	Realizou-se pesquisa qualitativa via amostra intencional, onde foram realizadas entrevistas com onze integrantes da comunidade LGBTQIA+.	Fica evidente que existem barreiras em relação ao acesso da população LGBTQIA+ na busca por um atendimento de saúde sendo o acolhimento o momento mais prejudicado na interação entre os serviços prisionais e usuários/as.	É detectado que os serviços de saúde ainda não possuem estrutura e/ou profissionais capacitados para trabalhar a diversidade sexual no seu todo. Há necessidade de capacitações, diálogos e respeito à legislações que amparam o atendimento em saúde de forma ampliada.

Revisão Integrativa

Amanda L. Mendonça, Bianca F. Queiroz, Claire de Souza, Maria R. dos Reis, Sara D. Oliveira, Marilene N. S. Bragagnolo
O atendimento a pessoas transexuais e travestis na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa

mitê de Ética em Pesquisa (CEP) conforme Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Dessa maneira, a pergunta norteadora do presente estudo é: Quais são os obstáculos enfrentados pela população TT no serviço da Atenção Primária à Saúde (APS)? Quais as possíveis transformações que podem ser realizadas na conduta dos profissionais no atendimento à população adscrita?

RESULTADOS

Foram selecionados 72 artigos nas bases de dados Scielo, BVS e Lilacs, permanecendo após as análises e exclusões, um total de 15 artigos publicados nos idiomas português e espanhol (Quadro 1).

DISCUSSÃO

Resultados de estudos apontam que um dos fatos tido como barreira para a entrada aos serviços de saúde refere-se a associação dos TT a doença HIV/AIDS, visto que durante a epidemia esse grupo foi fortemente associado à disseminação do vírus, fortalecendo a estigmatização social. Os profissionais fazem distinção durante o atendimento às travestis e transexuais, decidindo calçar luvas após descobrirem, relacionando-as a pessoas com doenças infecciosas.^{13,28}

Novamente a desinformação e a ignorância acerca da população acaba rotulando as pessoas trans, fortalecendo para a desvalorização, desigualdade e abandono da sua saúde. Estudos enfatizam o discurso do "tratar todos iguais" quando questionadas sobre a necessidade de qualificação profissional, visto que a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de 2008 determina: incluir o tema do enfrentamento às discriminações de gênero, orientação sexual, raça, cor e território nos processos de educação permanente dos gestores, trabalhadores da saúde e integrantes dos Conselhos de Saúde.^{13,28}

Os "estranhamentos" ocorridos no



Um estudo original, descritivo qualitativo realizado nas Clínicas da Família na Zona Oeste do estado do Rio de Janeiro, destacou a importância do serviço público focado a APS que deve ser a porta de entrada do usuário no SUS, e percebeu importantes entraves como: poucos insumos para tratamento, acesso dificultoso devido preconceitos e despreparo dos profissionais durante o acolhimento. Nesse sentido, os autores destacam o preconceito e estigma social, refletindo que as Políticas direcionadas ao LGBTQIA+ necessitam ser implementadas de forma mais eficiente dentro das instituições de atenção básica.²³



cotidiano dos profissionais com esse público, está diretamente ligado ao afastamento e adoecimento dos TT a respeito dos serviços de saúde, aponta Tagliamento & Baccarim (2020).¹³

Mantendo essa vertente, Ferreira & Bonan (2021) entrevistaram 32 profissionais que trabalham na Estratégia Saúde da Família (ESF) no estado do Piauí, o estudo revelou que os responsáveis por acolher a população, são os mesmos que oferecem negações, violências, e negligência no cuidado. Um depoimento distorce o princípio de equidade do SUS, revelando.¹⁵

Esse relato exemplifica o desvio dos conceitos, chocando-se como princípio de Universalidade, onde todos têm direito e acesso à saúde, entretanto cada um com suas particularidades e necessidades específicas.¹⁵

Ferreira & Bonan (2021) apontam a escuta como a chave para o respeito, o reconhecimento das necessidades e dos corpos LGBTQIA+ como usuários ativos. Além do acolher, ouvir, respeitar suas expressões, seus desejos, identidades e diferenças.¹⁵

Estudos afirmam que, além do preconceito vindo dos profissionais, os depoimentos trazem uma percepção de invisibilidade dos próprios usuários onde afirmam se autoexcluírem do sistema devido sentimento de invalidade social e não pertencimento ao SUS. Fortalecendo esse sentimento, o usuário opta muitas vezes por procurar meios não seguros à sua saúde.^{23,29}

Pesquisas afirmam que o direito à saúde para a população TT não está sendo garantida, se contradizendo com as políticas e princípios de saúde SUS que não admite exclusão de qualquer natureza e tem o dever de promover a equidade, é de suma importância o acolhimento dessa população, fruto das desigualdades de um mundo misógino, que relega corpos a desumanidade, podendo ser substituído por uma implementação de promoção de uma vida sem exclusões.^{27,29}

CONCLUSÃO

O preconceito e a discriminação contra o TT ainda são grandes, pois, a identidade de gênero desse grupo é diferente da imposta pelos padrões heteronormativos, o que se traduz em violência e assassinato. A APS é a principal porta de entrada do SUS, conectando toda a rede de Atenção SUS, abrangendo promoção e proteção à saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde. Essa população que ingressa no SUS precisa de um enfoque mais específico sobre como abordar as questões relacionadas à saúde do TT, como o processo de automedicação, sabendo que serão discriminados no serviço. O acesso a APS, por meio do público-alvo da pesquisa é desatualizada, impessoal e preconceituosa, demonstrando assim a necessidade de discussão desse tema. Os profissionais não são treinados e poucos entendem os protocolos já existentes, gerando atendimentos constrangedores para ambos quando eles têm contato com usuários TT.

Verificou-se que ocorre uma rejeição do profissional a essa temática, havendo desconhecimento do nome social, de-



Além do preconceito vindo dos profissionais, os depoimentos trazem uma percepção de invisibilidade dos próprios usuários onde afirmam se autoexcluírem do sistema devido sentimento de invalidade social e não pertencimento ao SUS.



sumanização, falta de abordagem específica, baixa qualificação profissional, ignorância sobre tema e ausência de educação continuada. Para reconhecer as possíveis substituições de conduta profissional no atendimento ao público descrito, a análise do estudo permitiu concluir que deve haver implementação de melhores políticas públicas, informarem de forma efetiva os profissionais sobre essa população e suas necessidades por meio de educação continuada e abordar atos de preconceito.

Com isso, a hipótese levantada, de que o atendimento a pessoas transexuais e travestis na Atenção Primária à Saúde passa por preconceitos se confirma, pois os profissionais fazem distinção durante o atendimento à população TT, decidindo calçar luvas após descobrirem, relacionando-as com pessoas portadoras de doenças infectocontagiosas.

Pode-se concluir que implementação de melhor políticas públicas, ouvir mais, respeitar mais, qualificar melhor o acolhimento, informar mais os profissionais sobre essa população e suas necessidades por meio de educação continuada e abordar atos de preconceito e cortar, podem substituir a conduta profissional no atendimento ao público descrito.

REFERÊNCIAS

1. Gomes D de F, Teixeira ER, Sauthier M, Gaia AG. Desafios éticos na relação entre enfermeiros e pessoas transexuais na Atenção Primária à Saúde. RSD [Internet]. 31 de janeiro de 2021 [acesso em 27 de Jan. de 2023];10(1):e57210112110. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12110>
2. Silva AAC, Silva-Filho EBS, Lobo TB, Sousa AR, Almeida MVG, Almeida LCG, et al. Produção do cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na atenção primária. REVISIA. 2021; 10(2): 291-303.
3. de Carvalho Pereira LB, Chazan ACS. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. Rev Bras Med Fam Comunidade [Internet]. 14(41):1795.
4. TvT Research Project. Trans Murder Monitoring. Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT) project website [internet]; 2021 [acesso em: 02 Abr. 2022]. Disponível em: www.transrespect.org/en/research/trans-murder-monitoring/
5. Depret D, Neto M, Acioli S, Cabral IE, Caravaca-Morera J, Rafael R de MR. Acesso de travestis e mulheres transexuais aos Serviços de Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa da literatura. RSD [Internet]. 2020 [acesso em: 07 Abr. 2022];9(10):e2149108595. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8595>
6. Polakiewicz R. A Política Nacional de Saúde Integral (LGBTI+): o que você precisa saber? [internet]; 2021 [Acesso em: 06 Abr. 2022]. Disponível em: https://pebmed.com.br/a-politica-nacional-de-saude-integral-lgbti-o-que-voce-precisa-saber/?utm_source=artigoportal&utm_medium=copytext
7. Brasil. Ministério da Saúde.[Base de dados na Internet]. O que é Atenção Primária? Brasília-DF: Ministério da Saúde. 2022 [acesso em 04 Abr. 2022]. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/smp/smpoquee>.
8. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde.[internet]. Brasília: Editora MS – OS; 2015. [Acesso em 04 Abr. 2022]. Disponível

em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf

9. Magalhães LG. Manual de acolhimento de Transexuais e Travestis (TT) à Atenção Primária à Saúde (APS) [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2019. [Acesso em: 05 Abr. 2022]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/109831720-Manual-de-acolhimento-de-transexuais-e-travestis-tt-a-atencao-primaria-a-saude-aps.html>

10. Núcleo de Telessaúde Santa Catarina. Como Acolher a População Transexual na Atenção Primária em Saúde. [internet]. Santa Catarina. 2017 [Acesso em: 05 Abr. 2022]. Disponível em: <https://aps.bvs.br/aps/como-acolher-a-populacao-transexual-na-atencao-primaria-em-saude/>

11. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de produção de saúde [livro online]. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. [Acesso em 05 de Abr. de 2022]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf

12. Santos C., Pimenta C., Nobre M. A Estratégia Pico Para a Construção da Pergunta de Pesquisa e Busca de Evidências. *Rev Latino-am Enfermagem*. 2007; v:3 15(3).

13. Baccarim RCG, Tagliamento G. Acesso de Pessoas Trans à Saúde: uma Análise das Práticas de Profissionais. *PsicolArgum* [Internet]. 2020 [Acesso em: 09 Set. 2022];38(102):604-25. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/26053>

14. Reis PS de O, Neves ALM das, Therense M, Honorato EJS, Teixeira E. Veiled transphobia: nurses-created meanings vis-à-vis the user embracement of transvestites and transgenders / Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais. *R. pesq. cuid. fundam. online* [Internet]. 2021 [Acesso em: 09 Set. 2022]; 13:80-5. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/7488>

15. Ferreira B de O, Bonan C. Vários tons de “não”: relatos de profissionais da Atenção Básica na assistência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [Internet]. 2021 [Acesso em: 09 Set. 2022];25(1). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200327>.

16. Valenzuela-Valenzuela A, Cartes-Velásquez R. Protocolos de atenção a usuários/as trans do Serviço de Saúde Talcahuano: características e relevância. *Rev. Cienc. salud* [Internet]. 15º de março de 2021 [Acesso em: 09 Set. de 2022]; 19(1). Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/revsalud/article/view/10383>

17. Rocon PC, Barros ME, Sodrê F, Rodrigues A. O reconhecimento e o aparecimento público como determinantes para a saúde: diálogos com mulheres transexuais e trabalhadoras(as) da saúde. *Saúde e Sociedade* [Internet]. 2022 [Acesso em: 09 Set. 2022]; 31(1). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210356pt>.

18. Lucena MM, Ferreira GG, Floss M, Melo DAC de. Para além do processo transexualizador: concepção e implementação de um serviço despatologizador e integral à saúde trans e travesti no contexto da atenção primária à saúde na cidade de Porto Alegre (RS). *Rev Bras Med Fam Comunidade* [Internet]. 2022 [Acesso em Set. 2022]; 17(44):2873. Disponível em: <https://rbmf.org.br/rbmf/article/view/2873>

19. Parente JS, Silva CF, Magalhães B de C, Silva MM de O, Albuquerque GA. Saúde LGBTQIA+ à luz da bioética principialista. *Revista Bioética* [Internet]. 2021 [Acesso em: 09 Set. 2022];29(3):630-40. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422021293498>.

20. Lima Átila M, do Nascimento RT, Cazelli CM, de Carvalho TGF. Atributos da Atenção Primária à Saúde e ferramentas de medicina de família no atendimento às diversidades sexual e de gênero: Relato de caso. *Rev Bras Med Fam Comunidade* [Internet]. 2019 [Acesso em: 09 Set. 2022];14(41):1785. Disponível em: <https://rbmf.org.br/rbmf/article/view/1785>

21. Ferreira B de O, Bonan C. Cadê as populações LGBT na Estratégia Saúde da Família? narrativas de profissionais de saúde em Teresina, Piauí, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2021 [Acesso em: 09 Set. 2022]; 26(5):1669-78. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.04752021>

22. Paulino DB, Rasera EF, Teixeira F do B. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [Internet]. 2019 [Acesso em: 09 Set. 2022]; 23(1). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180279>.

23. Gomes D de F, Teixeira ER, Sauthier M, Paes GO. Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica. *Escola Anna Nery* [Internet]. 2022 [Acesso em: 09 Set. 2022]; 26(1). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0425pt>

24. Silva ACA, Alcântara AM, Oliveira DC, Signorelli MC. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. *Interface (Botucatu)*. 2020; 24: e190568 <https://doi.org/10.1590/Interface.190568>

25. Silva Oliveira G, De Almeida Nogueira J, Paiva Oliveira Costa G, Silva Fônsêca Moreira de Medeiros R, De Oliveira T, Aparecida de Almeida S. Serviços de saúde para lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transexuais. *Revista de Enfermagem UFPE on line* [Internet]. 2018 Out 7; [Acesso em: 09 Set. 2022]; 12(10): 2598-2609. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/237014>

26. Silva AAC, Silva-Filho EBS, Lobo TB, Sousa AR, Almeida MVG, Almeida LCG, et al. Produção do cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na atenção primária. *REVISÁ*. 2021 [Acesso em 09 Set. 2022]; 10(2): 291-303. Doi: <https://doi.org/10.36239/revisa.v10.n2.p291a303>

27. Shihadeh NA, Pessoa EM, da Silva FF. A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. *barbaroi* [Internet]. 2021 [Acesso em: 09 Set. 2022]; 0(58):172-94. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/14765>

28. Teixeira FB, Paulino DB, Raimondi GA, Crovato CA dos S, Prado MAM. Entre o segredo e as possibilidades do cuidado: (re)pensando os silêncios em torno das narrativas das travestis sobre HIV/AIDS. *Sex, Salud Soc (Rio J)* [Internet]. 2018May;(Sex., Salud Soc. (Rio J.), 2018 (29)). Available from: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.29.17.a>

29. Carvalho AA de, Barreto RCV. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019. *Ciênc saúde coletiva* [Internet]. 2021Sep;26(Ciênc. saúde coletiva, 2021 26(9)). Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.12002021>